



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua Doutor Augusto Viana, s/nº - Bairro Canela
Salvador-BA, CEP 40110-060
- <http://hupes-ufba.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23534.018000/2023-38

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico, **continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva**, contemplando a realização de testes de controle de qualidade de equipamentos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga, para o Complexo Hospitalar Universitário Prof. Edgard Santos (HUPES) da Universidade Federal da Bahia (HUPES/ UFBA), unidade hospitalar da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - ITENS PARA CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE RADIODIAGNÓSTICO				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de raios X fixo	Unidade	02
2	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de raios X com fluoroscopia	Unidade	01
3	14524	Levantamento Radiométrico em equipamento de tomografia computadorizada	Unidade	01
4	14524	Levantamento Radiométrico em equipamento de densitometria óssea	Unidade	01
5	14524	Levantamento Radiométrico e Medição da Radiação de Fuga em equipamento de mamografia	Unidade	01
6	14524	Medição da Radiação de Fuga e Avaliação da Radiação Espalhada em equipamento de raios X móvel	Unidade	05
7	14524	Medição da Radiação de Fuga e Avaliação da Radiação Espalhada em equipamento de fluoroscopia móvel (Arco em C)	Unidade	03
8	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X fixo	Unidade	02
9	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X com fluoroscopia	Unidade	04
10	14524	Controle de Qualidade em equipamento de raios X móvel	Unidade	05
11	14524	Controle de Qualidade em equipamento de mamografia	Unidade	01
12	14524	Controle de Qualidade em equipamento de tomografia computadorizada	Unidade	01
13	14524	Controle de Qualidade em equipamento de fluoroscopia móvel (Arco em C)	Unidade	03
14	14524	Controle de Qualidade em equipamento de ressonância magnética	Unidade	01
15	14524	Controle de Qualidade em equipamento de ultrassonografia	Unidade	16
16	14524	Controle de qualidade em equipamento de radiografia computadorizada (CR)	Unidade	01
17	14524	Controle de qualidade dos monitores para visualização de imagens radiológicas	Unidade	18
18	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (1 corpo)	Unidade	26
19	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (2 corpos)	Unidade	17
20	14524	Controle de qualidade de negatoscópios para visualização de imagens radiológicas (3 corpos)	Unidade	7

1.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 1.2.1. Análise de Riscos - SEI (Documento SEI nº 42753831);
- 1.2.2. Encarte A - Termo de Sigilo de Dados (Documento SEI nº 42779189);
- 1.2.3. Encarte B - Declaração de Impedimento Indiretos (Documento SEI nº 52764279);
- 1.2.4. Encarte C - Declaração de Menor (Documento SEI nº 42779301);
- 1.2.5. Encarte D - Ordem de Serviço (Documento SEI nº 42779336);
- 1.2.6. Encarte E - Declaração de Disponibilidade de Equipamentos (Documento SEI nº 52740260).

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Das referências normativas

2.2. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

2.3. [Lei nº 6.360](#), de 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;

2.4. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

2.5. [Decreto nº 11.462](#), de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da [Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.6. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.7. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.8. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

2.9. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

2.10. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.11. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.12. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.12.1. Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.12.2. Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;

- 2.12.3. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 2.12.4. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0;
- 2.12.5. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);
- 2.12.6. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);
- 2.12.7. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);
- 2.12.8. Norma - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH - Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh;
- 2.12.9. Nota Técnica - SEI Nº 15/2022/SGE/CGS/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 23110063) - Gestão de Almoxarifado: Recebimento de Materiais de Consumo.
- 2.12.10. [Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH](#) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;
- 2.12.11. Instrução Normativa - SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;
- 2.12.12. Resolução da Diretoria Colegiada nº 611 de 09 de março de 2022, do Ministério da Saúde e ANVISA
- 2.12.13. Instrução Normativas - IN nºs 90 a 97, de 27 de maio de 2021;
- 2.12.14. Portaria Ministério da Saúde nº 2.898, 28 de novembro de 2013 - Programa Nacional de Qualidade em Mamografia (PNQM);
- 2.12.15. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 2.12.16. Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 2.12.17. A contratação observará ainda as diretrizes externadas nas seguintes referências bibliográficas, quando couber:
- 2.12.17.1. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE FÍSICOS NA MEDICINA. Report nº 74: Quality Control in Diagnostic Radiology. Estados Unidos da América, 2002;
- 2.12.17.2. AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA. Human Health Series nº 17. Quality Assurance Programme for Digital Mammography. Viena, Áustria, 2011;
- 2.12.17.3. AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA. Human Health Series nº 19. Quality Assurance Programme for Computed Tomography: Diagnostic and Therapy Applications. Viena, Áustria, 2012;
- 2.12.17.4. SOCIEDADE ESPANHOLA DE FÍSICA MÉDICA. SOCIEDADE ESPANHOLA DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA. SOCIEDADE ESPANHOLA DE RADIOLOGIA MÉDICA Protocolo Español de Control de Calidad em Radiodiagnóstico, Revisión de 2011. Madri, Espanha, 2011.
- 2.12.17.5. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE FÍSICOS EM MEDICINA. Report nº 93: Acceptance Testing and Quality Control of Photostimulable Storage Phosphor Imaging Systems.
- 2.13. **Da justificativa para contratação:** O objeto da contratação é necessário para garantir a qualidade dos exames radiológicos, conforme previsto na legislação vigente RDC 611 de 09 de março de 2022 e suas instruções normativas. A contratação reduzirá riscos de erros diagnósticos e de exposição indevida à radiação ionizante para pacientes, trabalhadores e para o público em geral.
- 2.14. **Da justificativa para aplicação do grupo**
- 2.14.1. A equipe de planejamento de contratação, após reunião na Unidade de Compras e Licitações, constatou a viabilidade da contratação dos itens 1 ao 20 na lógica de GRUPO, funcionando como item único. Este método visa racionalizar custo na gestão do contrato, evitando que itens adquiridos de forma individual gerem dificuldades logísticas para fornecedores diversos, potencializando a não entrega do objeto contratado e não viabilizando a padronização da execução do serviço, como também dificuldades na gestão de fiscalização do contrato.
- 2.14.2. A solução da aquisição dos itens através de GRUPO foi objeto de pesquisa de preços conforme processo SEI 23534.019050/2024-13.

3. DAS REFERÊNCIAS AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

- 3.1. A contratação está vinculada à política pública de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da prestação de serviços de saúde à Rede de Atenção à Saúde do Município de Salvador.
- 3.2. A contratação será realizada no Plano de Aplicação de Recursos (PAR) de 2024 do HUPES/ UFBA: 2. Prestação De Serviço 2.08 Serviços De Apoio Diagnóstico E Terapia (Laborat, Imagens E Outros) 33903905 - Servicos Técnicos Profissionais F PI - Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapia
- 3.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 3.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 3.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Considerando a necessidade de atendimento aos normativos referenciados no item 2.1;
- 4.2. Considerando a essencialidade dos serviços definidos no item 1.1 devido à necessidade de avaliação da qualidade dos equipamentos de diagnóstico por imagem e, quando necessário, verificação da blindagem (levantamento radiométrico) e da radiação de fuga;
- 4.3. Considerando que há uma periodicidade para a avaliação de parâmetros de qualidade, medição de dose e otimização de protocolos, em conformidade com a RDC 611 de 09 de março de 2022, e IN nºs 90 a 97, de 27 de maio de 2021;
- 4.4. Considerando que a avaliação da qualidade dos equipamentos é essencial para garantir que o paciente tenha a melhor informação para o diagnóstico com menor dose de radiação;
- 4.5. Considerando que a avaliação assegura que os parâmetros de funcionamento do equipamento estejam em plenas condições de uso;
- 4.6. Considerando que os testes são exigidos por lei e a documentação é auditada pela vigilância sanitária local;
- 4.7. Considerando que para avaliar a qualidade dos equipamentos, realizar o levantamento radiométrico e a avaliar a radiação de fuga é necessário profissional capacitado e um conjunto de equipamentos específicos que o Setor de Engenharia Clínica e as Unidades de Radiologia Diagnóstica e Intervencionista não dispõem;
- 4.8. Considerando que o levantamento radiométrico dos equipamentos radiológicos do Hospital é necessário periodicamente e quando da realização de manutenção preventiva ou corretiva nos equipamentos;
- 4.9. Considerando que os equipamentos de imagem por raios-X são utilizados para apoio diagnóstico aos serviços médicos do Hospital e atendimento ao usuário SUS (adultos e pediátricos), sem os quais a assistência à saúde fica comprometida;

4.10. Faz-se necessário a realização de processo de licitação para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços em tela.

5. **DOS RESULTADOS ESPERADOS**

- 5.1. Avaliação da qualidade dos equipamentos de diagnósticos por imagem, cumprindo a legislação nacional vigente;
- 5.2. Execução do serviço de levantamento radiométrico e avaliação de radiação de fuga;
- 5.3. Garantir a eficiência diagnóstica dos equipamentos de imagem;
- 5.4. Contribuir para o aumento da vida útil do equipamento, pela detecção de problemas de funcionamento no início;
- 5.5. Garantir a segurança em proteção radiológica dos pacientes e trabalhadores do HUPES/ UFBA;
- 5.6. Avaliar a eficiência de manutenção preventiva e corretiva, testando a qualidade do equipamento após reparos.

6. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 6.1. Para execução completa da solução a empresa contratada produzirá os seguintes resultados e atenderá as seguintes cláusulas contratuais.
- 6.2. A prestação do serviço deverá atender, no mínimo, a seguinte instrumentação:

6.2.1. **Da instrumentação mínima.**

6.2.1.1. **Levantamento radiométrico (LR) - itens 1, 2, 3, 4 e 5.**

- a) Meio espalhador:
- b) Radiologia e fluoroscopia: Simulador de material com propriedades de atenuação equivalente à da água e espessura variável: Lâminas de PMMA de 1 cm de espessura em quantidade suficiente para no mínimo alcançar 20 cm.
- c) Mamografia: Simulador com dimensões aproximadas à de uma mama grande
- d) Tomografia Computadorizada: Fantoma dosimétrico de 32 cm de diâmetro.
- e) Câmara de ionização de 1800 cm³ para avaliação de radiação secundária transmitida ou detector específico para medição de radiação secundária transmitida.
- f) Câmara de ionização de 180 cm³ para avaliação primária transmitida.

6.2.1.2. **Controle de qualidade (CQ) em radiologia convencional - itens 8 e 10.**

- a) Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV.
- b) Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 40 kV a 150 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %).
- c) Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade ± 1 %).
- d) Lâminas de alumínio (mínimo 4) de alta pureza (superior a 99,5%), de 1 mm de espessura.
- e) Dispositivo para avaliação da colimação. - Dispositivo para avaliação do alinhamento do tubo de raios X.
- f) Lâminas de PMMA para simulação de pacientes para avaliação do controle automático de exposição.
- g) Dispositivo próprio para avaliação da resolução de baixo contraste em radiografia.
- h) Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial em radiografia.
- i) Dispositivo para avaliação de MTF.
- j) Dispositivo para avaliação da uniformidade da imagem.
- k) Trena, nível.

6.2.1.3. **Controle de qualidade (CQ) em fluoroscopia - itens 9 e 13.**

- a) Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV.
- b) Câmara de ionização de 60 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 40 a 150 keV, medida de dose, taxa de dose, tempo de exposição, duração de pulsos, nº de pulso, dose por pulso.
- c) Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 40 kV a 150 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %).
- d) Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade ± 1 %).
- e) Lâminas de alumínio (mínimo 4) de alta pureza (superior a 99,5%), de 1 mm de espessura.
- f) Dispositivo para avaliação do alinhamento do tubo de raios X.
- g) Lâminas de PMMA ou cobre para simulação de pacientes para avaliação do controle automático de exposição e de brilho.
- h) Lâminas de chumbo com dimensões adequadas para cobrir o detector de imagem.
- i) Dispositivo próprio para avaliação da resolução de baixo contraste em fluoroscopia.
- j) Dispositivo próprio para avaliação da resolução espacial fluoroscopia.
- k) Ferramenta adequada para ensaios em subtração digital.
- l) Dispositivo para avaliação do tamanho de ponto focal.
- m) Trena, nível.

6.2.1.4. **Controle de qualidade (CQ) em mamografia - item 11.**

- a) Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido adequados para medições em feixe direto na faixa energética de 20 a 40 keV.
- b) Medidor não invasivo de tensão (faixa de medição de 20 kV a 40 kV, exatidão de ± 1 kV, reprodutibilidade de ± 1 %).
- c) Medidor de tempo de exposição (faixa de medição de 1 ms a 5 s, exatidão $\pm 5\%$, reprodutibilidade ± 1 %). - Lâminas de alumínio (mínimo 4) de alta pureza (superior a 99,5%), de 0,1 mm de espessura.
- d) Lâminas de PMMA para simulação de mamas para avaliação do controle automático de exposição em quantidade e espessuras suficientes para alcançar no mínimo 4,5 cm.
- e) Dispositivos para avaliação da colimação.
- f) Dispositivo para avaliação da uniformidade da imagem.
- g) Dispositivo para avaliação do tamanho de ponto focal.
- h) Fotômetro com capacidade de medições em nit com faixa de medição mínima na faixa de 0 - 3500 nit.
- i) Balança ou dinamômetro que compreenda o intervalo entre 5 - 30 kgf.
- j) Espuma de densidade D33 ou maior.

k) Simulador de avaliação da qualidade da imagem. Características mínimas equivalentes ao simulador padrão Colégio Americano de Radiologia ACR.

l) Padrão de barras em chumbo: com espessura compreendida entre 50-100 μ m e conter grupos de pares de linhas menor ou igual a 8 pl/mm.

m) Ferramenta de ensaio contraste-detalle com objetos de baixo contraste.

6.2.1.5. **Controle de qualidade (CQ) em tomografia computadorizada - item 12.**

a) Câmara de ionização do tipo lápis em conjunto com o eletrômetro permitem avaliar o tempo de exposição/rotação.

b) Largura do feixe.

c) Angulação do Gantry.

d) Simuladores apropriados com certificação, minimamente os simuladores fornecidos pelos fabricantes.

e) Simulador para avaliação quantitativa de espessura de corte e espaçamento entre cortes.

f) Simulador próprio para avaliação de resolução de baixo contraste em tomografia computadorizada.

g) Simulador próprio para avaliação de resolução espacial em tomografia computadorizada.

h) Simulador próprio para avaliação da exatidão do número CT.

i) Simulador próprio para avaliação da reprodutibilidade do número CT.

j) Fantoma dosimétrico de PMMA de 32 cm de diâmetro para avaliação de índice de dose no corpo.

k) Fantoma dosimétrico de PMMA de 16 cm de diâmetro para avaliação de índice de dose no crânio.

6.2.1.6. **Controle de qualidade (CQ) em radiografia computadorizada (CR) - item 16.**

a) Lâmina de cobre com 0,5 mm de espessura (3 unidades) ou uma lâmina de cobre com 0,5 mm de espessura e uma lâmina de cobre com 1,0 mm de espessura.

b) Lâmina de alumínio com 1,0 mm de espessura (ou 2 Lâminas com 0,5 mm).

c) Câmara de ionização de 6 cm³ ou detector de estado sólido.

d) Controle de qualidade em ressonância magnética:

e) Fantoma para avaliação de parâmetros de qualidade da imagem: distorção geométrica, resolução espacial, espessura de corte, espaçamento entre cortes, uniformidade da imagem, artefato de ghost, resolução de baixo contraste.

6.2.1.7. **Controle de qualidade (CQ) em ultrassonografia - item 15.**

a) Fantoma para avaliação de parâmetros de qualidade da imagem: Zona morta, Distância horizontal, Distância vertical, Profundidade de penetração, Uniformidade da imagem, Resolução axial-lateral, Resolução de massa, Resolução de contraste, Elasticidade da imagem;

b) Fantoma para teste do modo doppler;

6.2.1.8. **Controle de qualidade (CQ) em monitor de visualização de imagens radiológicas - item 17.**

a) medição da luminância máxima

b) razão de luminância

c) medição de iluminância

6.2.1.9. **Controle de qualidade (CQ) em negatoscópio de visualização de imagens radiológicas - itens 18, 19 e 20.**

a) medição da luminância

b) teste de uniformidade de luminância

6.3. **Deverão ser realizados os teste e levantamentos observando a seguinte periodicidade.**

6.3.1. **Levantamento Radiométrico (LR):** deve ser realizado com a referida periodicidade, cumprindo a RDC 611/2022 e Instruções Normativas.

6.3.2. **Teste de Radiação de Fuga (RF):** deve ser realizado com a referida periodicidade, cumprindo a RDC 611/2022 e Instruções Normativas

6.3.3. **Teste de Controle de Qualidade (CQ):** deve ser realizado com as referidas periodicidades, cumprindo a RDC 611/2022 e Instruções Normativas.

6.4. Para realização dos testes e levantamentos deverão ser observadas as seguintes diretrizes.

6.4.1. **Levantamento radiométrico (LR).**

6.4.1.1. Será feito nas salas de Raios X, Tomografia Computadorizada e Mamografia.

6.4.1.2. Deve ser realizado na instalação do equipamento, após a realização das modificações autorizadas, quando ocorrer mudança na carga de trabalho semanal ou na característica ou ocupação das áreas circunvizinhas e quando decorrer 4 anos desde a realização do último levantamento.

6.4.1.3. A medição deverá ser feita, no mínimo, a cada 1 m ao longo da barreira, com o medidor a 20 cm de distância da barreira.

6.4.1.4. Para fins de planejamento de barreiras físicas de uma instalação e para verificação de adequação dos níveis de radiação em levantamentos radiométricos, os seguintes níveis de equivalente de dose ambiente devem ser adotados como restrição de dose:

a) 5 mSv/ano em áreas controladas;

b) 0,5 mSv/ano em áreas livres.

6.4.2. **Teste de Radiação de Fuga (RF).**

6.4.2.1. Será feito nos equipamentos de raios X fixos e móveis.

6.4.2.2. Deve ser realizado na instalação do equipamento, após modificações e reformas na cúpula do equipamento, troca do tubo de raios x ou a cada 4 anos.

6.4.2.3. A blindagem no cabeçote deve ser suficiente de modo a garantir um nível mínimo de radiação de fuga, restringida a uma taxa de kerma no ar de 1 mGy/h a um metro do ponto focal, quando operado em condições de ensaio de fuga. Este mesmo requisito se aplica à radiação de fuga por meio do sistema de colimação.

6.4.3. **Avaliação da Radiação Espalhada (RE).**

6.4.3.1. Será feito nos equipamentos de raios X móveis.

6.4.3.2. Deve ser realizado junto com a avaliação de radiação de fuga ou controle de qualidade.

6.4.3.3. Deverá medir a radiação espalhada a 1 e 2 metros do meio espalhador em ângulo de 0° e 90°.

6.4.4. **Controle de qualidade (CQ).**

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A empresa contratada deve estar legalmente autorizada para prestar os serviços e emitir certificado de levantamento radiométrico, avaliação da radiação de fuga e controle de qualidade nos equipamentos elencados abaixo:

Identificador (Patrimônio, ID, TAG)	Número de Série	Tipo	Marca	Modelo	Orgão	Testes	Quantidade
02-02-00-2-USOM002-338452-1015490-PROP	6076483WX0	ULTRASSOM	GE HEALTHCARE	LOGIQ P-5	UNIDADE DE RPA E ANESTESIOLOGIA	CQ	1
02-02-00-2-USOM003-324581-796576-PROP	LP6175077SU7	ULTRASSOM	GE HEALTHCARE	LOGIQ P-6	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM004-324579-796577-PROP	LP6174978SU7	ULTRASSOM	GE HEALTHCARE	LOGIQ P-6	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM006-22732210-SPU-EMP	CN8-15001505	ULTRASSOM	MINDRAY	DC-60	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM006-328200-991713-PROP	BZ716D0761	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-50	ECOCARDIOGRAMA	CQ	1
02-02-00-2-USOM007-22732209-SPU-EMP	CN8-15001498	ULTRASSOM	MINDRAY	DC-60	ECOCARDIOGRAMA	CQ	1
02-02-00-2-USOM007-337220-1018381-PROP	VIQ631101WX0	ULTRASSOM PORTATIL	GE HEALTHCARE	VIVID IQ	ECOCARDIOGRAMA	CQ	1
02-02-00-2-USOM011-SPE-SPU-PROP	BZ122F0528	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-70	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM012-SPE-SPU-PROP	BZ122F0462	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-70	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM013-SPE-SPU-PROP	BZ122F0468	ULTRASSOM	PHILIPS	AFFINITY-70	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM014-SPE-SPU-PROP	PAA95008489	ULTRASSOM PORTATIL	MINDRAY	M-6	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM015-SPE-SPU-PROP	US222B0192	ULTRASSOM	PHILIPS	EPIQ CVX	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM016-SPE-SPU-PROP	US222B0164	ULTRASSOM	PHILIPS	EPIQ CVX	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM017-SPE-SPU-PROP	SG12205021	ULTRASSOM	PHILIPS	CX-50	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM018-SPE-SPU-PROP	SG12205020	ULTRASSOM	PHILIPS	CX-50	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-USOM019-SPE-SPU-PROP	SG12205009	ULTRASSOM	PHILIPS	CX-50	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-RXPT002-335682-996819-PROP	PAFD7606001	RAIO-X MOVEL	PHILIPS	TITANIUM-300	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+RE	1
02-02-00-2-RXPT003-SPE-996818-PROP	PAFD7605001	RAIO-X MOVEL	PHILIPS	TITANIUM-300	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+RE	1
02-02-00-2-RXPT001-369243-713316-PROP	PA521003001	RAIO-X MOVEL	PHILIPS	AQUILLA PLUS-300	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+RE	1
02-02-005-2-DTOS001-8419589-SPU-DOA	350402GA	DENSITOMETRO OSSEO RAIO-X FEIXE SIMPLES	GE HEALTHCARE	LUNAR PRODIGY	UNIDADE DE BIOIMAGEM	LR	1
02-02-00-2-					UNIDADE DE		

RXPT004-340745-1011598-PROP	387401001	RAIO-X MOVEL	PHILIPS	AQUILA-320-S	BIOIMAGEM	CQ+RF+RE	1
02-02-00-2-RXPT005-340744-1011597-PROP	358001001	RAIO-X MOVEL	PHILIPS	AQUILA-320-S	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+RE	1
02-02-00-2-RAIX001-SPE--PROP	B1B12X2007	SIS RADIOGRAFICO DIGITAL	TOSHIBA	RADREX I	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+LR	1
02-02-00-2-RAIX006-SPE-506810-PROP	810	Raio-x	SIEMENS	MULTIX B	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+LR	1
02-02-00-2-RMN001-SPE-795807-PROP	MRR8280	RESSONANCIA MAGNETICA	GE HEALTHCARE	SIGNA HDXT 1,5 T	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ	1
02-02-00-2-TOMO002-SEMPUO.-795749-PROP	HCB1193955	TOMOGRAFO COMPUTADORIZADO	TOSHIBA	AQUILION-64	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+LR	1
01-02-00-2-HMDN001-SPE-999366-PROP	137105	SIS IMAGEM DIGITAL ANGIOGRAFICO CARDIOVASCULAR	SIEMENS	ARTIS ZEE FLOOR	UNIDADE INTERVENCIONISTA CARDIOVASCULAR	CQ+RF+LR	1
02-02-00-2-ARCC003-SPE--PROP	FCDXXA19040770	INTENSIFICADOR IMAGEM	GE	OEC FLUOROSTAR-7900	UNIDADE INTERVENCIONISTA CARDIOVASCULAR	CQ	1
02-02-00-2-ARCC001-333619-PROP	3727	SIS RADIOGRAFICO-FLUOROSCOPICO MOVEL	SIEMENS	SIREMOBIL COMPACT L	UNIDADE DE CENTRO CIRÚRGICO	CQ+RF+RE	1
02-02-00-2-ARCC004-SPE-SPU-PROP	2161	SIS RADIOGRAFICO-FLUOROSCOPICO MOVEL	PHILIPS	ZENITION 70	UNIDADE INTERVENCIONISTA CARDIOVASCULAR	CQ+RF+RE	1
02-02-00-2-MAMO001-SPE-908383-PROP	4169	MAMOGRAFO	SIEMENS	MAMMOMAT INSPIRATION	UNIDADE DE BIOIMAGEM	CQ+RF+LR	1
		NEGATOSCOPIO (1 corpo)				CQ	26
		NEGATOSCOPIO (2 corpos)				CQ	15
		NEGATOSCOPIO (3 corpos)				CQ	7
		MONITOR				CQ	18
LEGENDA: CQ: CONTROLE DE QUALIDADE RF: RADIAÇÃO DE FUGA LR: LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO RE: AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO ESPALHADA A 1 M E 2 M COM, NO MÍNIMO, 20 CM DE ACRÍLICO DE ESPALHADOR							

7.2. A contratação em tela requer que a empresa contratada mantenha em seu quadro de profissionais técnicos capacitados e aptos a conduzir os serviços, além de possuir responsável técnico, legalmente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao objeto a ser contratado.

7.3. O executor do serviço deve ser o **físico especialista em radiodiagnóstico** certificado pela Associação Brasileira de Física Médica ou com certificado de residência em órgãos registrados no MEC, com cadastro na Vigilância Sanitária da Bahia (VISA/DVSS/BA).

7.4. Os testes serão realizados **sob demanda em execução por preço unitário, seguindo a periodicidade para atendimento a legislação vigente conforme o subitens 2.13, 6.3, 6.4.2 e 7.5.**

7.5. Cada avaliação de **Controle de Qualidade e/ou Levantamento Radiométrico** deve cobrir o serviço de nova visita para **Reavaliação**, caso algum parâmetro avaliado esteja fora dos valores aceitáveis pela norma nacional ou, na falta deste, recomendação internacional, após a manutenção corretiva.

7.6. A instrumentação utilizada deve estar com calibração válida, com certificado emitido por laboratório devidamente cadastrado na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

7.7. A falta de uma ou mais avaliações listadas nas Instruções Normativas (INs) nos **Testes de Controle de Qualidade** será considerada como pendência do serviço e o pagamento somente será autorizado mediante à finalização das avaliações faltantes.

8. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
Termo de Referência - SEI 55441945 SEI 23534.018000/2023-38 / pg. 6

- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada;
- 8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 8.7. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 8.8. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 8.9. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 8.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.12. Cientificar o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de preferência estabelecida por Lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;
- 9.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.9. **Testes de controle de qualidade cujo resultado seja de não conformidade do equipamento diagnóstico e que, portanto, será necessária intervenção para manutenção e, consequentemente, deverá ser realizado um novo teste de controle de qualidade. Este risco de testes adicionais deverá ser previsto na precificação do serviço.**
- 9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 9.12. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.13. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
- 9.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- 9.15. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.16. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.17. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 9.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 9.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 9.20. Comunicar ao Gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento, em prazo a ser fixado pelo Gestor do Contrato e/ou Fiscal Técnico.
- 9.22. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.
- 9.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- 9.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.26. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
- 9.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.
- 9.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.;
- 9.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 9.33. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9.34. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais.
- 9.35. Informar, nas manifestações relativas a alterações contratuais, os dados listados no item 4.5.21, mesmo que não tenham sofrido modificações.
- 9.36. Em caso de alteração do Representante Legal, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes mencionados.

10. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 10.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tendo como referência o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024 nos seguintes aspectos:
- 10.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 10.3. Proteger à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- 10.4. Adotar práticas de redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 10.5. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;
- 10.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 10.7. Observar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 258/2005 – CONAMA e Resolução RDC nº 222/2018 da Anvisa);
- 10.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- 10.9. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;
- 10.10. Adotar boas práticas em processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa);
- 10.11. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

11. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 11.1. **Do início da execução dos serviços**
- 11.1.1. Implantar os serviços contratados imediatamente, de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste Instrumento, após envio da Ordem de Serviço, conforme Encarte D (Documento SEI n.º 42779336).
- 11.1.2. A contratada deverá informar ao contratante, em tempo hábil, sobre qualquer motivo que impossibilite assunção dos serviços objeto deste Instrumento.
- 11.1.3. A contratada realizará os testes sob demanda, conforme Encarte D (Documento SEI n.º 42779336), não necessariamente todos em uma única visita.
- 11.2. **Da subcontratação**
- 11.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da Contratação.
- 11.3. **Da alteração subjetiva**
- 11.3.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 11.4. **Do local de execução dos serviços**
- 11.4.1. Os serviços serão prestados no Hospital Universitário Professor Edgard Santos, situado à R. Augusto Viana, s/n, Canela, CEP 41110-060, Salvador - BA
- 11.5. **Regime de contratação:**
- 11.5.1. Empreitada por preço unitário.

12. **FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. A contratação será formalizada pela assinatura de termo de contrato, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, conforme o disposto pelo art. 147 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

13. **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

13.1. Do controle e fiscalização da execução

- 13.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 161 e 162 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 13.1.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.1.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 13.1.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 13.1.5. A conformidade do material, da técnica ou do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.1.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 13.1.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 183 e 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 13.1.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.1.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a Contratada:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.1.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.1.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.1.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.1.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 13.1.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

13.2. Do recebimento e aceitação do objeto

- 13.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços, no termos abaixo.
- 13.2.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento do serviço, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual referente à efetiva prestação dos serviços.
- 13.2.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 13.2.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 13.2.3.2. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 13.2.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo ao gestor do contrato não receber definitivamente a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 13.2.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.
- 13.2.3.5. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da Contratada cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 13.2.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 13.2.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 13.2.3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 13.2.3.9. Passado os 5 (cinco) dias úteis a fiscalização deverá solicitar a comunicação do Gestor do Contrato para que a empresa emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 13.2.3.10. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços e da emissão da nota fiscal/fatura, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 13.2.3.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções; e
- 13.2.3.12. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

- 13.2.3.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 13.2.3.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

- 14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 14.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 14.10. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 15.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 15.2.1. Multa de:
- 15.2.1.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual/total do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 15.2.1.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual/total do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 15.2.1.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual/total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 15.2.1.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- Nota explicativa:** Os patamares estabelecidos nos itens acima poderão ser alterados a critério da autoridade.
- 15.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2. e 15.2.3. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência	03

	<i>prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;</i>	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	<i>Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;</i>	01
7	<i>Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;</i>	02
8	<i>Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;</i>	01
9	<i>Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;</i>	03
10	<i>Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;</i>	01
11	<i>Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA</i>	01

Nota explicativa: A autoridade poderá incluir na tabela de infrações outras condutas que entender necessárias, pertinentes ao serviço prestado, ou retirar as que entender serem inadequadas ao objeto contratual em questão.

15.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 15.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 15.5.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 15.5.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.5.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 15.5.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 15.5.8. não mantiver a proposta;
- 15.5.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.5.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, quando prevista, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

- 15.7.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

16.1. Não será exigida garantia de execução do contrato pois não existe risco de lesão ao Contratante em caso da não execução do objeto do contrato tendo em vista o caráter esporádico da prestação do serviço e que os riscos da fase de Gestão do Contrato serão prevenidos e contingenciados conforme definido na **Análise de Riscos - SEI (42753831)**.

16.2. Os serviços, caso apresentem vícios no período de 90 (noventa) dias de sua execução, serão realizados novamente pela Contratada sem ônus para a Contratante.

16.3. Do reajuste

16.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

16.6. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, é o índice que guarda maior correlação possível com o segmento econômico em que está inserido o objeto do contrato.

16.7. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

16.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

16.9. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.10. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação eletrônica, nos termos do art. 14 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

17.2. Será adotado o sistema de registro de preços previsto no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

17.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

17.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

17.5. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na forma eletrônica com critério de julgamento *menor preço global* e modo de disputa aberto.

17.6. A seleção do fornecedor não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte devido a não existirem microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regional e localmente nos termos do art. 49, inciso II e III, da Lei Complementar nº 123/ 2006.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. Indica-se que o procedimento licitatório seja realizado com habilitação completa nos termos do art. 6º, incisos I a VI da IN SEGES/MP nº 3/2018.

18.2. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 1 ano de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

18.2.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

18.2.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

18.2.3. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

18.3. Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro de pessoal, na data da licitação, **Responsável Técnico** legalmente habilitado e com registro na Associação Brasileira de Física Médica ou Conselho Regional responsável, caso se aplique.

18.3.1. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

18.3.1.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

18.3.1.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

18.3.1.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo - RPA;

18.3.1.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

18.4. Declaração de disponibilidade de equipamentos com calibrações por laboratórios acreditados pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou pelo INMETRO, em conformidade com o modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos (52740260).

18.4.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

18.4.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

18.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

18.4.4. O licitante deve, caso solicitado pelo Agente de Licitação, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

18.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

18.6. Apresentar relação de equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços com declaração de que suas calibrações foram realizadas ou serão realizadas antes do início da prestação dos serviços.

18.7. Critério de julgamento:

18.7.1. O critério de julgamento será o de **menor preço unitário**, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

18.8. Modo de disputa:

18.8.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa aberto**.

18.9. Intervalo entre lances:

18.9.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, **será de 0,75%**.

18.9.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.9.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

18.10. Condições de participação:

18.11. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

18.11.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";

d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;

e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh: (...)

VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

18.12. Nos termos do art. 68 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH (RLCE 2.0), fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

18.13. Assim, não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, ainda que atendidos os requisitos previstos no art. 35, XIX, do RLCE 2.0, ficando automaticamente inabilitadas as propostas apresentadas por licitantes nessa condição.

18.14. **Condições de habilitação:**

18.14.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

18.15. **Habilitação jurídica:**

18.15.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.15.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

18.15.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

18.15.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.15.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

18.15.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

18.15.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

18.15.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

18.16. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

18.16.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.16.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.16.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

18.16.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

18.16.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

18.16.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

18.17. **Qualificação Econômico-Financeira:**

18.17.1. De acordo com o previsto no Edital.

19. **DA PESQUISA DE PREÇOS**

19.1. Conforme previsto no art. 7, parágrafo único, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) e art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 a pesquisa de preços e o valor estimado desta consulta serão considerados sigilosos.

20. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 17º do Decreto nº. 11.462/2023

Elaborado por:
Marcos Antônio Dórea Machado, Matrícula/SIAPE: 222****
Fábio Alves Coutinho, Matrícula/SIAPE: 216****
Emerson Portugal Leão de Almeida/ SIAPE 222****
Symone Leite Gadelha/ SIAPE 220****

De acordo e Aprovo o Termo de Referência e seus anexos de acordo com as informações legais pertinentes, bem como com a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preços desta contratação.

Rodrigo Machado Santos
Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Machado Santos, Gerente**, em 04/12/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Alves Coutinho, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 09/12/2025, às 07:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Dorea Machado, Físico(a)**, em 09/12/2025, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Symone Leite Gadelha, Analista Administrativo**, em 11/12/2025, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Portugal Leao de Almeida, Assistente Administrativo**, em 11/12/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55441945** e o código CRC **0580F2D1**.

Referência: Processo nº 23534.018000/2023-38 SEI nº 55441945